



ANEXO 12 DO EDITAL 08/2007-PRH  
TESTE SELETIVO PARA PROFESSOR TEMPORÁRIO

Departamento de Direito Privado e Processual  
Área de conhecimento ou matéria:  
**(12) ESTÁGIO PENAL**

**Tipos de provas para esta área de conhecimento:**

Prova escrita, prova didática e avaliação do *curriculum vitae*.

**PROGRAMA DE PROVA**

**1.1. Inquérito Policial**

- 1.1.1. Requerimento para instauração de inquérito policial;
- 1.1.2. Portaria;
- 1.1.3. Relatório de encerramento do inquérito policial.

**1.2. Prisão e Liberdade Provisória**

- 1.2.1. Prisão Provisória:
  - 3.2.1.1. Revogação de prisão em flagrante.
- 1.2.2. Liberdade Provisória:
  - 3.2.2.1. Pedido de liberdade provisória mediante arbitramento de fiança;
  - 3.2.2.2. Pedido de liberdade provisória pelo artigo 310, parágrafo único, CPP.

**1.3. Ação Penal:**

- 1.3.1. Representação criminal;
- 1.3.2. Queixa;
- 1.3.3. Denúncia.

**1.4. Prescrição penal:** Requerimento de declaração de extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição penal.

**1.5. Ritos Processuais**

- 1.5.1. Presença em audiências criminais instrutórias.

**1.6. Defesa Prévia**

- 1.6.1. Defesa prévia simples
- 1.6.2. Defesa prévia com preliminar

**1.7. Alegações finais**

- 1.7.1. Teses de defesa absolutórias
- 1.7.2. Teses de defesa desclassificatória
- 1.7.3. Alegações finais pela acusação
- 1.7.4. Alegações finais pela defesa

**1.8. Sentença**

- 1.8.1. Fixação da pena em sentença condenatória
- 1.8.2. Elaboração de sentença

**1.9. Recursos**

- 1.9.1. Interposição e razões de apelação
- 1.9.2. Interposição e razões de recurso em sentido estrito
- 1.9.3. Interposição e razões de recurso de agravo em execução penal

**1.10 Hábeas Corpus**

- 1.10.1. Impetração
- 1.10.2. Pedido de liminar



## 2. REFERÊNCIAS

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. Da prova no Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 1983.

ASSIS, João Francisco de. Justiça Penal Consensual. Dissertação de Mestrado Biblioteca da UEM, 2003.

ASSIS MOURA, Maria Thereza de . Justa causa para a ação penal. Doutrina e Jurisprudência. São. RT, 2001.

LOPES JR., Aury. Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal. Lumen Juris, 2001.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2003

BELLOQUE, Juliana Garcia. Sigilo bancário. São Paulo. RT 2003

BATISTA, Weber Martins; FUX, Luiz. Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Suspensão Condicional do Processo Penal. São Paulo; RT, 2000

BITENCOURT, Cezar Roberto. Juizados especiais criminais e alternativos à pena de prisão. São Paulo, RT, 1997.

CARVALHO, Salo. Pena e Garantias. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2001

COSTA ANDRADE. Manuel da. Consenso e Oportunidade. In. Jornada de direito Processual Penal. Coimbra. Almedina. 1992.

DELMANTO JUNIOR, Roberto. As Modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. Ed. Renovar.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. Tradução : Ana Paula Zomer, et al. São Paulo, RT, 2002.

FRANCO, Alberto Silva, et al. CPP e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: RT, 1999.

GARCIA-Pablos de Molina; GOMES, Luiz Flávio. Criminologia: introdução às bases criminológicas da lei 9099/95, Lei dos Juizados Especiais. São Paulo. RT 2000.

GOMES, Luiz Flávio. Juizados criminais federais, seus reflexos nos juizados estaduais. São Paulo: RT, 2002.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Direito à Prova no Processo Penal, São Paulo: RT.

GRINOVER, Ada Pellegrini, et al.. Juizados especiais criminais. São Paulo, RT, 2000.

\_\_\_\_\_. As nulidades no processo penal. São Paulo. RT, 1997.

\_\_\_\_\_. Recursos no Processo Penal. RT

KUHENE, Maurício. Lei de Execução Penal Anotada. Juruá Editora.

JESUS, Damásio Evangelista de. Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada. Saraiva

LINZT, Breno Linhares. Prática Processual Penal. Del Rey.



MIRABETE, Julio Fabbrini. Juizados Especiais Criminais, São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. Juizados Especiais Criminais. Atlas.

\_\_\_\_\_. Execução Penal. Atlas.

MOSSIN Heráclito Antonio. Curso de Processo Penal. São Paulo. Atlas, 1998.

PEDROSO, Fernando de Almeida. Processo Penal – O Direito de Defesa: Repercussão, amplitude e Limites. São Paulo, RT, 2001

PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas. Sistema Acusatório. A Conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris. , 2001

RIOS, Rodrigo Sanches. Das Causas de Extinção da Punibilidade nos Delitos Econômicos. São Paulo, RT, 2004.

RIOS GONÇALVES, Victor E. Prática de Processo Penal e Peças Processuais. Ed. Paloma.

SCARANJE FERNANDES, Antonio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: RT. 1999.

\_\_\_\_\_. Reação defensiva à imputação. São Paulo, RT. 2002.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo, Saraiva, 1997

-----Prática de Processo Penal. São Paulo, Saraiva

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal. Saraiva.

\_\_\_\_\_. Teoria do Direito Processual Penal. RT

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. A Iniciativa Instrutória do Juiz no Processo Penal. São Paulo: RT, 2003